

O Conflito de Taiwan: uma análise estratégica e operacional

The Taiwan Conflict: a strategic and operational analysis

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise estratégica e operacional do conflito de Taiwan. Atualmente, o contencioso em questão situa-se no estágio de crise político-estratégica. Para além da díade China-Taiwan, a complexidade da crise é acentuada ao incorporar em sua dinâmica duas grandes potências nucleares rivais: os Estados Unidos da América e a China. No intuito de avaliar a possibilidade de irrupção de um conflito armado na região do Pacífico Ocidental, caracterizado por uma hipotética invasão de Taiwan ou mesmo em decorrência do uso limitado da violência pela China, o trabalho discorre sobre os principais aspectos estratégicos e operacionais implicados na contenda e os diversificados instrumentos do poder nacional empregados pelos atores envolvidos, em particular seus aparatos militares. Como conclusão, o artigo faz inferência sobre a provável postura estratégica chinesa em face da resistência taiwanesa, robustecida pelo apoio político-militar de Washington e seus aliados.


Palavras-chave: Crise político-estratégica; coerção; estratégia militar; Taiwan; metodologia de estudo de caso.

Abstract: The present article intends to present a strategic and operational analysis of the Taiwan conflict. Currently, the dispute in question is at the stage of a political-strategic crisis. Beyond the China-Taiwan dyad, the complexity of the crisis is stressed by incorporating in its dynamics two rival great nuclear powers: The United States of America and China. In order to assess the possibility of an armed conflict in the Western Pacific region, characterized by a hypothetical invasion of Taiwan or even as a result of the limited use of violence by China, the paper discusses the main strategic and operational aspects implicated in the dispute and the diversified instruments of national power employed by the involved actors, particularly their military apparatus. In conclusion, the article draws inferences about the likely Chinese strategic posture in the face of Taiwanese resistance, strengthened by the political-military support of Washington and its allies.

Keywords: Political-strategic crisis; coercion; military strategy; Taiwan; case study methodology.

Walter da Costa Ferreira 

Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional.
João Pessoa, PB, Brasil.
walterpqtbsd@yahoo.com.br

Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior 

Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Relações Internacionais.
João Pessoa, PB, Brasil.
augustoteixeirajr@gmail.com

Recebido: 03 jun. 2022

Aprovado: 19 nov. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema o conflito de Taiwan no contexto da competição sino-americana no Pacífico Ocidental. No final de 2021, institutos de pesquisa testemunharam um aumento substancial das atividades coercitivas da China sobre Taiwan. As medidas coercitivas chinesas se desenvolveram por intermédio de ações militares provocativas, além da utilização coativa de outros instrumentos do poder nacional, como pressão econômica e guerra psicológica. No período em questão, o Exército de Libertação Popular (PLA, em inglês) intensificou a realização de suas incursões aéreas, efetivadas por aeronaves de caça e bombardeiros, na zona de identificação de defesa aérea¹ (ADIZ) de Taiwan, assim como empreendeu manobras navais e exercícios de assalto anfíbio nas proximidades da área em disputa. Segundo o International Institute for Strategic Studies (IISS, 2022, p. 6):

De janeiro a novembro de 2021, o PLA realizou 230 incursões na Zona de Identificação da Defesa Aérea de Taiwan. Mais de 800 aeronaves foram empregadas, incluindo caças, bombardeiros e aeronaves de missões especiais, particularmente aeronaves KQ-200 de guerra antissubmarino [...].

Em agosto de 2022, a visita a Taiwan de Nancy Pelosi, presidente da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, agravou o estado de tensão do referido litígio. Pequim reagiu por intermédio de ações político-diplomáticas de protesto e de manobras militares no entorno da principal ilha taiwanesa, que incluíram o lançamento de mísseis balísticos em áreas marítimas. Verifica-se, assim, que Pequim escala a crise político-estratégica com o propósito de submeter coercitivamente o governo de Taipé aos seus interesses nacionais, especificamente a “reunificação chinesa”. Outrossim, declara ostensivamente que não descarta o uso direto de força militar para reincorporar Taiwan ao seu território, considerada uma província rebelde separatista. Percebe-se com clareza a resolução da postura estratégica sínica a despeito das variadas ações de dissuasão estendida² adotadas pelos Estados Unidos. Não obstante as sinalizações de força por parte de Pequim, ainda não ocorreram violações territoriais ou outros atos de agressão definidos em normas internacionais (UNITED NATIONS, 1974).

A análise empreendida tem por finalidade escrutinar a supracitada crise por meio do desenvolvimento de um cenário estratégico-operacional. Para este efeito, empregou-se de forma combinada o estudo da estratégia militar aplicada (FERREIRA; TEIXEIRA JÚNIOR, 2021) com a metodologia de construção de cenários (BUARQUE, 2003). A partir desse enquadramento teórico-metodológico, o artigo propõe examinar as circunstâncias e condicionantes de um hipotético conflito armado no entorno geopolítico taiwanês, com risco de transbordamento para o Pacífico Ocidental. À luz da teoria estratégica aqui mobilizada (BEAUFRE, 1998; BIDDLE,

1 “Espaço aéreo, de dimensões definidas, dentro do qual são exigidos pronta identificação, localização e controle de aeronaves” (BRASIL, 2015, p. 288). A citada zona não corresponde ao espaço aéreo nacional.

2 A dissuasão estendida consiste em desencorajar agressões armadas contra aliados ou parceiros (MAZARR, 2018).

2004; EASTON, 2017; GRAY, 1999; MAZARR, 2018; SCHELLING, 1966),³ o artigo busca avaliar a plausibilidade da ocorrência, no curto prazo (2022-2027), de um assalto anfíbio chinês contra Taiwan. O marco temporal de 2027 é particularmente relevante, dado que consiste no centenário de fundação do PLA. Em reforço a essa tese, o 5º Plenário do 19º Comitê Central do Partido Comunista Chinês afirmou que o ritmo da modernização do aparato militar deveria ser acelerado, tendo como meta o ano de 2027 (IISS, 2021).

O artigo lança mão da teoria da dissuasão⁴ (MAZARR, 2018; SCHELLING, 1966) e, para uma compreensão mais fina da situação estratégica da China, vale-se de autores como Fravel (2019) e sua pesquisa sobre a evolução estratégica chinesa. O estudo de Easton (2017) foi fundamental para um exame mais acurado da perspectiva taiwanesa. Para a análise estratégica e operacional, combinamos a teoria da estratégia de Beaufre (1998) com a tipologia de métodos estratégicos básicos no âmbito nacional e militar. O texto adota o enfoque qualitativo, seguindo essencialmente uma metodologia de estudo de caso. As observações e inferências dos autores são baseadas na prevalência da racionalidade no cálculo estratégico empreendido pelos Estados considerados. Para elucidar o cálculo estratégico, lançou-se mão de variáveis fisiográficas, políticas, econômicas, psicossociais e militares.

O artigo está organizado da seguinte forma: após a introdução, a análise estratégica buscará identificar os objetivos, formas e meios dos principais contendores; em sequência, abordando questões operacionais do conflito em tela, o trabalho disserta sobre cenários que ilustram as opções das grandes potências implicadas, inclusive uma possível invasão chinesa das ilhas taiwanesas. Ao analisar as múltiplas facetas do ambiente estratégico, busca-se identificar a provável postura de Pequim ante a oposição de Taipé, decorrente da análise dos custos, riscos e benefícios envolvidos.

2. ANÁLISE ESTRATÉGICA

Dado o caráter inescapável da geografia nas questões estratégicas (GRAY, 1999), cabe inicialmente apresentar a região do conflito. Observa-se a principal ilha de Taiwan em posição próxima à costa chinesa, a uma distância aproximada de 180 km. Algumas de suas ilhas, como Kinmen e Matsu, distam apenas 10 a 20 km do litoral chinês. No entorno de Taiwan, nota-se a estratégica ilha de Okinawa do Japão a 600 km de distância a nordeste, local de importante base naval e outras aéreas dos norte-americanos no Pacífico Ocidental. As Filipinas, país aliado dos estadunidenses, situam-se a 400 km de distância ao sul e a ilha de Guam (EUA) a 2.700 km de distância a sudeste, sede de base naval da Sétima Frota e de bombardeiros estratégicos norte-americanos. Um pouco mais ao norte, percebem-se o Japão e a Coreia do Sul, tradicionais aliados e locais de diversas bases militares dos Estados Unidos, particularmente em Yokosuka

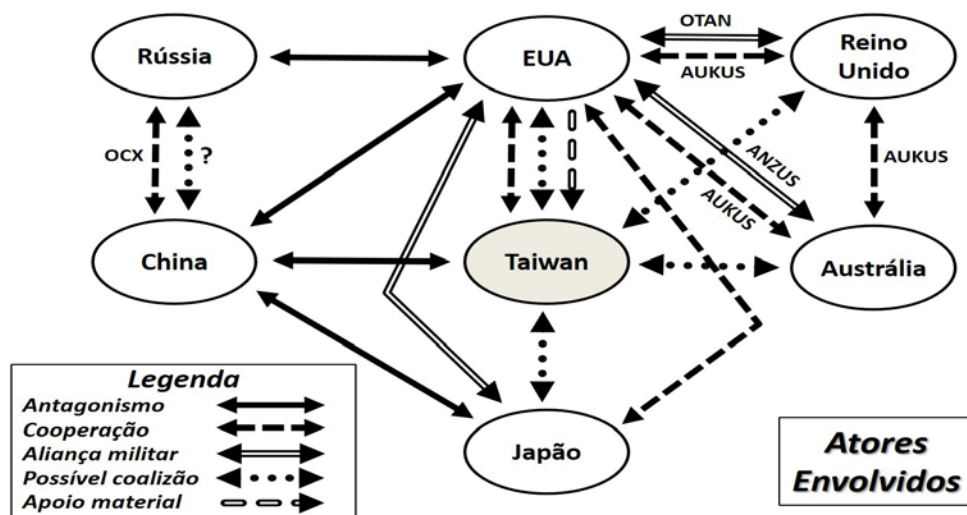
3 Estratégias, por uma perspectiva holística, é a ponte que conecta os recursos do poder (meios disponíveis) ao propósito político (fins desejados). Em outras palavras, os recursos devem ser adequados e suficientes para a consecução dos objetivos por intermédio dos métodos selecionados (ECHEVARRIA II, 2017).

4 Modalidade de coerção estratégica (SCHELLING, 1966), a dissuasão consiste no uso de ameaças para desencorajar um ator rival de empreender um ato indesejável aos interesses do Estado coator, tendo por propósito a manutenção da situação político-estratégica vigente (FREEDMAN; RAGHAVAN, 2013). Está associada à capacidade de repelir (dissuasão por negação) ou retaliar (dissuasão por punição), com força nuclear ou convencional, eventuais ações hostis contra o Estado (RÜHLE, 2015).

e Sasebo. Verifica-se que a localização geográfica de Taiwan impacta diretamente a segurança nacional da China, porquanto seu posicionamento relativo permite o controle do tráfego marítimo na costa leste chinesa, bem como representa uma porta de entrada para o Pacífico Ocidental, potencializando a projeção de poder de Pequim.

Com a intenção de explicitar as distintas interações entre os atores envolvidos no litígio, faz-se necessário expor um diagrama de relações. Em destaque, nota-se Taiwan como o epicentro da controvérsia, em antagonismo direto aos interesses de reunificação da China. Em paralelo à dualidade China-Taiwan, os Estados Unidos, rivais geopolíticos de Pequim, promovem estreita cooperação político-militar com os taiwaneses (HSIEH, 2020) e podem liderar uma coalizão de países em defesa da ilha, constituída, além dos estadunidenses, pelo Reino Unido, Austrália e Japão, sem levar em conta o leque de possibilidades de participação de nações que possuem contenciosos com a China. Destarte, registra-se a articulação estratégica entre os Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália, conhecida como *Quad*, com o propósito de fomentar a cooperação político-militar entre esses países, claramente vocacionada para conter a expansão chinesa na região do Indo-Pacífico (IISS, 2022). Ademais, Washington e Londres articularam um acordo de cooperação militar com a Austrália, referenciado como AUKUS, endossando, entre outros termos, a transferência de tecnologia de propulsão nuclear para os submarinos de ataque da marinha australiana, vetor naval de grande relevância em uma estratégia de contenção da China por negação do uso do mar (IISS, 2022).

Figura 1 – Diagrama de relações no conflito de Taiwan⁵



Fonte: Os autores com base em Carpenter (2021), Easton (2017), Fravel (2008), Greer (2018), Grossman & Mayers (2019), Heginbotham *et al.* (2015), Mearsheimer (2005, 2013) e IISS (2021, 2022).

5 O diagrama de relações faz parte da metodologia de planejamento estratégico militar (FERREIRA; TEIXEIRA JÚNIOR, 2021), contudo, como modelo simplificado da realidade, não retrata todos os atores que, eventualmente, podem ser envolvidos no conflito, como a Índia. A expressão "possível coalizão" reflete os interesses comuns de segurança dos atores conectados em relação ao conflito em tela.

Todavia, é preciso considerar a postura de ambiguidade estratégica de Washington relativa ao conflito de Taiwan. Os Estados Unidos endossam o compromisso com os esforços de defesa da ilha,⁶ por meio de assistência militar e fornecimento de material bélico, mas não atestam uma intervenção militar direta em caso de beligerância. Os EUA mostram-se favoráveis a uma solução pacífica negociada, entretanto, refutam a declaração unilateral de independência por parte de Taipé. Por outro lado, não é prudente desconsiderar os russos. China e Rússia são membros da Organização para Cooperação de Xangai e desfrutam de forte parceria político-militar no corrente momento, não obstante seus latentes antagonismos históricos.

Desde o início do século XXI, verifica-se, com base no consistente crescimento econômico chinês, um ambicioso programa de ampliação, reformas e modernização do Exército de Libertação Popular, as forças armadas de Pequim (IISS, 2021). Hodiernamente, a China tem pleno domínio de quase todas as tecnologias militares empregadas no combate multidimensional contemporâneo, assumindo a vanguarda em alguns setores de pesquisa, notadamente na área dos mísseis balísticos antinavio e dos veículos planadores hipersônicos (IISS, 2022).

A despeito dos investimentos de Taipé em suas forças armadas, é notável o desequilíbrio militar a favor dos chineses, em termos quantitativos e qualitativos. As forças terrestres do PLA superam as congêneres taiwanesas em dez vezes. A superioridade chinesa em material bélico, sejam carros de combate, aeronaves de caça, submarinos ou outros equipamentos, guarda proporções quase similares. Em termos tecnológicos, enfatiza-se o notável avanço de Pequim em armas hipersônicas, caças de quinta geração, navios aeródromos, mísseis antinavio, defesas antiaéreas, satélites e outros sistemas militares. Nesse contexto, destacam-se a Força de Foguetes do PLA, dotada com cerca de 2.000 mísseis balísticos e de cruzeiro, de variados alcances, e a Força de Apoio Estratégico, que incorpora unidades de guerra eletrônica, cibernética e psicológica, sendo responsável, ainda, pelas operações espaciais chinesas (UNITED STATES, 2021a).

Porém, há que ressaltar a grande influência de aspectos subjetivos no poder relativo de combate, como a efetividade da doutrina, a liderança militar, a motivação das tropas, assim como o nível de profissionalismo e adestramento das forças armadas, *inter alia*. Nem sempre a vantagem numérica e tecnológica assegura a vitória (BIDDLE, 2004). Ademais, salienta-se que, na comparação precedente das forças antagonistas, não estão relacionadas as forças militares de uma eventual coalizão de países, liderada pelos Estados Unidos. Nesse caso, a vantagem chinesa seria minimizada ou mesmo anulada⁷.

Sob o enfoque do aparato militar de Taiwan, é possível afirmar que suas forças armadas, não obstante a prevalência numérica e tecnológica de Pequim, estão muito bem-preparadas para o combate defensivo contra desembarques anfíbios, bem como para o combate urbano. Suas bases militares estão desdobradas, majoritariamente, na costa ocidental da ilha, voltadas para o Estreito de Taiwan, com ênfase na defesa costeira apoiada em caças modernos, embarcações rápidas de ataque e baterias de artilharia dotadas com mísseis antinavio. Suas principais bases navais localizam-se ao sul e ao norte, em Kaohsiung e Keelung, respectivamente. Taipé, reconhecendo a disparidade

6 O apoio dos EUA baseia-se na lei conhecida como Taiwan Relations Act (TRA), aprovada em 1979 (EASTON, 2017).

7 Para uma percepção mais acurada do balanço de forças no conflito, consultar o comparativo das capacidades militares chinesas e estadunidenses no Pacífico Ocidental desenvolvido por Heginbotham et al. (2015).

militar a favor de Pequim, tem realizado fortes investimentos em sistemas bélicos assimétricos, tais como mísseis antiaéreos e anticarro portáteis, minas navais, submarinos e aeronaves remotamente pilotadas. Com o propósito de minorar os efeitos de um ataque missilístico chinês, os taiwaneses promoveram a fortificação de suas bases militares e centros de comando, assim como construíram abrigos encravados nas montanhas da costa oriental para proteger suas aeronaves de caça (EASTON, 2017). A fim de otimizar o desempenho em combate, Taipé conduz correntemente um processo de transição do recrutamento obrigatório para o serviço militar voluntário e profissional. Outrossim, é preciso considerar a grande capacidade taiwanesa de mobilização de recursos humanos, que pode atingir até um milhão e meio de soldados.

Tendo por base as considerações progressas, a manobra de crise⁸ do governo chinês, na busca de uma solução pacífica da controvérsia, emprega uma combinação de ações estratégicas, destacando-se o uso de negociações diretas, coação político-econômica, operações psicológicas e cibernéticas, bem como manobras navais, exercícios anfíbios e incursões aéreas na ADIZ taiwanesa (EASTON, 2017). O pensamento estratégico chinês enfatiza os conceitos de guerra irrestrita e de conflito na zona cinzenta,⁹ aplicáveis a uma concepção estratégica indireta, que admite, entretanto, a aplicação direta de força militar em caráter limitado. O comportamento do governo chinês de escalar a crise busca modificar o *status quo* e lograr seu objetivo político – reunificar o país – ao mesmo tempo que procura controlar o enfrentamento coercitivo para evitar um embate armado multidimensional contra os Estados Unidos e seus aliados, de resultados imprevisíveis.

Em contrapartida, é notória a ação político-diplomática estadunidense no intuito de consolidar alianças militares com países amigos no Indo-Pacífico para potencializar sua estratégia dissuasória contra os chineses. A aplicação da estratégia norte-americana pode ser exemplificada pelas operações combinadas de adestramento para promover a interoperabilidade de forças multinacionais, bem como pela transferência de armamentos sensíveis e tecnologias críticas a parceiros regionais. Por conseguinte, é plausível caracterizar a postura estadunidense pela dissuasão estendida (nuclear e convencional), presença avançada, projeção de poder e contenção geoestratégica em profundidade.

Como complemento do que precede, nota-se que as bases militares dos Estados Unidos e de seus aliados estão dispostas em duas linhas (cadeias de ilhas), que proporcionam profundidade estratégica ao dispositivo de contenção. A base dessa concepção estratégica reside no fato de que, sendo uma nação dependente do comércio marítimo para sustentar seu crescimento econômico, a China encontra-se em desvantagem geográfica ante as referidas cadeias de ilhas, que restringem o seu livre acesso ao Pacífico Ocidental.

8 “Processo de condução da crise que tem por finalidade básica conseguir uma paz vantajosa, evitando que ela evolua para o conflito armado. Compreende um conjunto de ações desencadeadas para distender, estabilizar ou escalar em relação à situação de crise” (BRASIL, 2015, p. 161).

9 Guerra irrestrita fundamenta-se em ações políticas, legais, econômicas, financeiras, psicológicas, cibernéticas, terroristas e de outras naturezas como alternativas complementares ao confronto militar direto (LIANG; XIANGSUI, 1999). Por sua vez, conflito na zona cinzenta significa um enfrentamento coercitivo, em situação de crise político-estratégica, por meio de diversificados instrumentos do poder nacional, inclusive ações violentas limitadas, em um nível abaixo do conflito armado ou da guerra (MAZARR, 2015).

Figura 2 – Estratégia de Contenção da China (Cadeias de Ilhas)



Fonte: United States (2010, p. 23).

Não obstante a inexistência de litígios territoriais sino-americanos, os Estados Unidos, recorrentemente, executam operações navais intituladas *Freedom of Navigation* no Mar da China Meridional e no Estreito de Taiwan, para reforçar os preceitos constantes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), contestando as reivindicações marítimas chinesas consideradas excessivas¹⁰. Como ocorrido em 2020, em 2021 foram conduzidos trânsitos no Estreito de Taiwan a uma taxa média de uma ocorrência mensal (IISS, 2022).

Taiapé, por sua vez, atua no campo da política externa para retirar a liberdade de ação de Pequim no âmbito da comunidade internacional, conduz operações de informação¹¹ para potencializar a resistência nacional e para obter apoio da opinião pública mundial, assim como evidencia suas capacidades militares, por meio de sucessivos exercícios militares, a fim de dissuadir os chineses. No entanto, avalia-se que o sucesso de sua manobra externa seja limitado. Taiwan não goza do reconhecimento político da comunidade internacional, à exceção de poucos países como Honduras, Paraguai e Palau, *inter alia*, além de não ser membro das Nações Unidas desde 1971, ocasião em que foi substituída pela República Popular da China.

10 Contrariam o contido na UNCLOS, em particular os direitos de navegação e os limites das águas jurisdicionais.

11 De acordo com Brasil (2015, p. 198), são “Ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e militares. Executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão. [...]”. De forma complementar, é possível afirmar que Operações de Informação consistem na atuação sinérgica de capacidades relacionadas ao fluxo de informações, no intuito de proporcionar conhecimentos e consciência situacional ao comando, informar e influenciar grupos e indivíduos, realizar ações de interdição não cinéticas, bem como afetar o processo decisório de oponentes, ao mesmo tempo que neutraliza os efeitos das ações adversas na dimensão informacional.

O sucesso da manobra de crise chinesa, respaldada na competência,¹² está condicionado à capacidade dos recursos militares do PLA e à credibilidade de Pequim. É sabido que, neste momento, a China tem restrições navais para consumir uma invasão anfíbia às ilhas taiwanesas. Não obstante, possui plenas condições de realizar operações de interdição e de bloqueio contra Taiwan. Por outro lado, não falta à liderança política chinesa apetite para utilizar meios violentos, mormente em função dos interesses em jogo. A mensagem coercitiva, amplamente explicitada por comunicação diplomática e declarações oficiais, é sistematicamente tonificada por demonstrações de força e ações militares provocativas. Resta a Pequim assumir os custos da punição em face da relutância de Taipé.

Para identificar as opções estratégicas de Pequim, considerar-se-ão, essencialmente, os dois métodos estratégicos básicos utilizados no âmbito nacional e militar – ação direta e ação indireta – destacando-se que não estão contemplados na presente reflexão o método da aproximação indireta¹³ e o método nuclear, estes intrínsecos à estratégia militar. Como premissas de análise, julgam-se verossímeis o envolvimento dos Estados Unidos e seus aliados na possível beligerância, de forma limitada e sem invasões à China continental, bem como a prevalência do interdito nuclear, mesmo em caráter tático (HAMMES, 2012; KREPINEVICH, 2010).

De início, abordar-se-á o método da ação indireta. Segundo a opinião dos autores e de muitos analistas internacionais, o referido método estratégico, nas esferas nacional e militar, configura a opção prioritária para os chineses e de maior probabilidade de ocorrência (FRAVEL, 2008). Tal assertiva tem como base a reduzida liberdade de ação (BEAUFRE, 1998) desfrutada por Pequim junto à opinião pública externa e à comunidade internacional, bem como a insuficiência de forças militares ante a oposição taiwanesa robustecida por uma presumível coalizão liderada pelos Estados Unidos. Todavia, a relevância do objetivo político estabelecido pela liderança sínica fundamenta o uso da violência armada, em caráter limitado, na hipótese de fracasso de suas ações puramente coercitivas.

No domínio da estratégia nacional, em alinhamento ao supracitado método, visualiza-se a utilização do modelo de ações sucessivas, que implica a combinação da pressão indireta, da ameaça direta e de ações militares limitadas em força¹⁴. No caso em tela, os chineses promovem, preliminarmente, demonstrações de força militar materializadas por exercícios de assalto anfíbio e manobras navais no Pacífico Ocidental, ações meramente coadjuvantes das pressões político-diplomáticas, da coação econômico-financeira e da guerra psicológica empreendidas por Pequim. Em uma segunda fase, atualmente em curso, o uso indireto do poder militar assume um papel protagonista por intermédio de ações militares provocativas, com o propósito de escalar a crise.

12 Modalidade de coerção estratégica, a competência configura ameaça ativa de uso da força, coagindo o oponente a alterar comportamento contrário aos interesses do Estado coator (SCHELLING, 1966).

13 A carência de requisitos operacionais, tais como a surpresa e a transitabilidade, contraindica a aproximação indireta.

14 Os modelos estratégicos citados neste trabalho são a ameaça direta, pressão indireta, ações sucessivas, conflito violento e conflito prolongado (BEAUFRE, 1998).

Na etapa final, a China admitiria o uso direto de seu aparato bélico por meio de ações agressivas limitadas, tais como operações de interdição associadas ou não ao estabelecimento de uma zona de exclusão marítima e aérea no entorno de Taiwan. Analistas como Carpenter (2021) alertam, ainda, para a possibilidade de uma ofensiva limitada nas ilhas de Kinmen e Matsu, próximas à costa chinesa, para fins de barganha na mesa de negociações, uma situação típica de *fait accompli*.

A combinação, sequencial ou cumulativa (WYLIE, 1967), das estratégias da interdição, bloqueio e ofensiva (limitada),¹⁵ bem como a dosagem da força aplicada, notabilizam a arte operacional. Por conseguinte, há inúmeros arranjos estratégicos passíveis de serem empregados com base no método supracitado. Conforme consta do relatório anual ao Congresso, direcionado às questões de segurança envolvendo a República Popular da China, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos relata o seguinte:

Documentos do PLA descrevem uma campanha conjunta de bloqueio na qual a RPC empregaria bloqueios cinéticos do tráfego marítimo e aéreo, incluindo a interrupção das importações vitais de Taiwan para forçar a sua capitulação. Ataques de mísseis em larga escala e possíveis capturas de ilhas *offshore* de Taiwan acompanhariam o bloqueio conjunto, na tentativa de alcançar uma rápida rendição de Taiwan, enquanto, ao mesmo tempo, seriam posicionadas forças aéreas e navais para realizar semanas ou meses de operações de bloqueio, se necessário (UNITED STATES, 2021a, p. 116).

Em contrapartida, o método da ação direta implica, peremptoriamente, a invasão de Taiwan, no intuito de neutralizar suas forças armadas e conquistar seu território por meio da estratégia da ofensiva, desencadeada em larga escala nos múltiplos domínios do combate. Segundo Easton (2017), a importância geoestratégica de Taiwan, a cultura militar chinesa, assim como a obstinada resistência de Taipé ante a compêlência sínica, constituem os principais argumentos para o uso intensivo da violência, a despeito dos custos e riscos associados.

Nesse contexto, a modelagem estratégica chinesa compreenderia, em situação de crise, a ameaça direta por meio do uso coercitivo do poder militar em caráter protagonista, reforçado por outros instrumentos do poder nacional, como anteriormente exposto. O fracasso da manobra de crise conduziria ao modelo de conflito violento, consubstanciado por variadas ações militares vinculadas às estratégias da ofensiva (invasão), bloqueio, interdição e pacificação, tais como: ataques aéreos e missilísticos, ataques cibernéticos, estabelecimento de zona de exclusão, operações de assalto anfíbio, operações terrestres ofensivas e operações contra forças irregulares, *inter alia*.

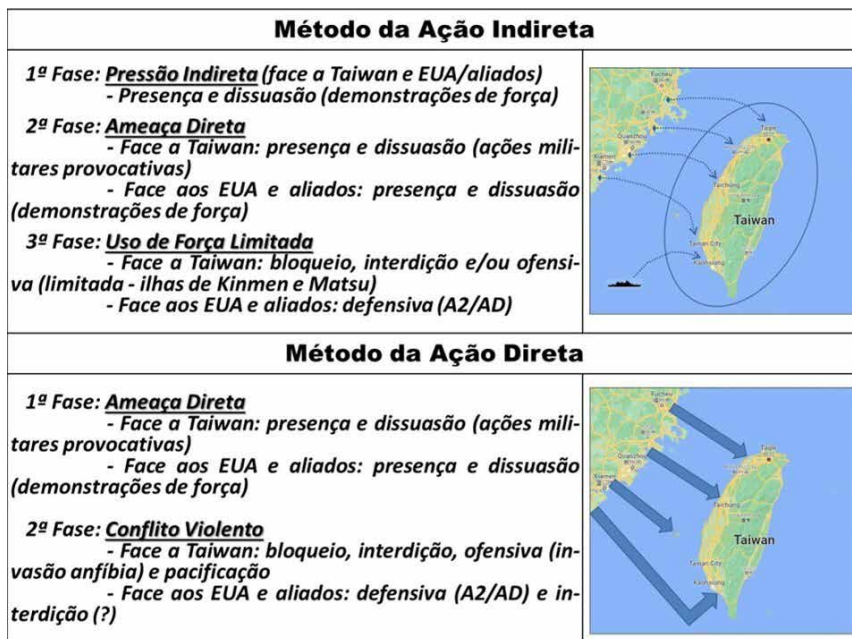
15 A estratégia da interdição visa degradar capacidades militares e ativos estratégicos do oponente, por meio de ataques e incursões. A estratégia do bloqueio consiste na interrupção do fluxo de pessoas e bens nos portos, aeroportos e passagens fronteiriças da parte rival. A estratégia da ofensiva caracteriza-se por ações armadas a fim de neutralizar resistências inimigas, conquistar acidentais capitais e estabelecer controle territorial em área de interesse.

Em complemento aos métodos precedentes, Pequim adotaria uma postura defensiva contra a coalizão dos países aliados de Taiwan, respaldada por um forte sistema antiacesso e de negação de área (A2/AD)¹⁶ (TANGREDI, 2013). A atitude chinesa de defesa ativa poderia ser combinada com a estratégia da interdição, tendo como finalidade a degradação de ativos estratégicos de seus oponentes na região do conflito. Contudo, tais operações de interdição contra o território de países aliados dos Estados Unidos poderia justificar a retaliação de seus rivais contra alvos situados na China continental.

De qualquer maneira, independentemente do método selecionado pela liderança chinesa, não parece que a solução da disputa em tela ocorra sem algum nível de violência. Conforme assevera Mearsheimer (2005, 2013), Taipé não se deixará coagir e Pequim não desistirá de reintegrar Taiwan ao seu território (CHINA, 2022). Dada a configuração do tabuleiro geopolítico e da balança de capacidades materiais dos países envolvidos (HEGINBOTHAM *et al.*, 2015), é provável que o impasse estratégico seja rompido pela força das armas em algum momento futuro. Ratificando as assertivas anteriores, cita-se a declaração do presidente Xi Jinping (*apud* GREER, 2018, n.p.), por ocasião do 19º Congresso do Partido Comunista Chinês:

Temos vontade firme, plena confiança e capacidade suficiente para derrotar qualquer forma de secessão independentista de Taiwan. Nunca permitiremos que qualquer pessoa, organização ou partido político separe qualquer parte do território chinês da China, em qualquer momento ou de qualquer forma.

Figura 3 – Manobra Estratégica da China



Fonte: Os autores (2022).

16 Sistema conjunto de defesa ativa, integrado por sensores, armas e vetores, com a finalidade de impedir ou dificultar o acesso de forças inimigas às suas bases avançadas no teatro de operações (antiacesso), bem como retirar a liberdade de ação dessas forças no interior da referida área, impedindo-as de projetar poder (negação de área) (UNITED STATES, 2017).

Exploradas as opções estratégicas da China, dissertar-se-á sobre a postura estratégica de Taiwan e seus aliados, mormente os Estados Unidos da América em coalizão com países como o Japão. Em verdade, em razão da insuficiência dos recursos militares taiwaneses para neutralizar decisivamente o poderio militar e econômico de Pequim, será apenas examinado o método da ação indireta. Nesse contexto, o governo taiwanês deseja manter o *status quo* territorial e sua autonomia político-econômica, adotando um comportamento de estabilização da crise geopolítica (EASTON, 2017; MEARSHEIMER, 2013). Na atualidade, observando um modelo de pressão indireta apoiado prevalentemente em ampla campanha psicológica e ações de política externa, Taipé tenciona reforçar laços de cooperação e parcerias com nações amigas, assim como explicitar a resolução de seu povo para preservar sua autodeterminação e as liberdades individuais. Em complemento, na esfera militar, desenvolve as estratégias da presença e da dissuasão, por intermédio do desdobramento de contingentes das forças armadas em todas as suas ilhas, de manobras militares regulares com realização de fogos e de exercícios periódicos de mobilização de reservistas, a fim de demonstrar capacidades bélicas e prontidão operacional permanente.

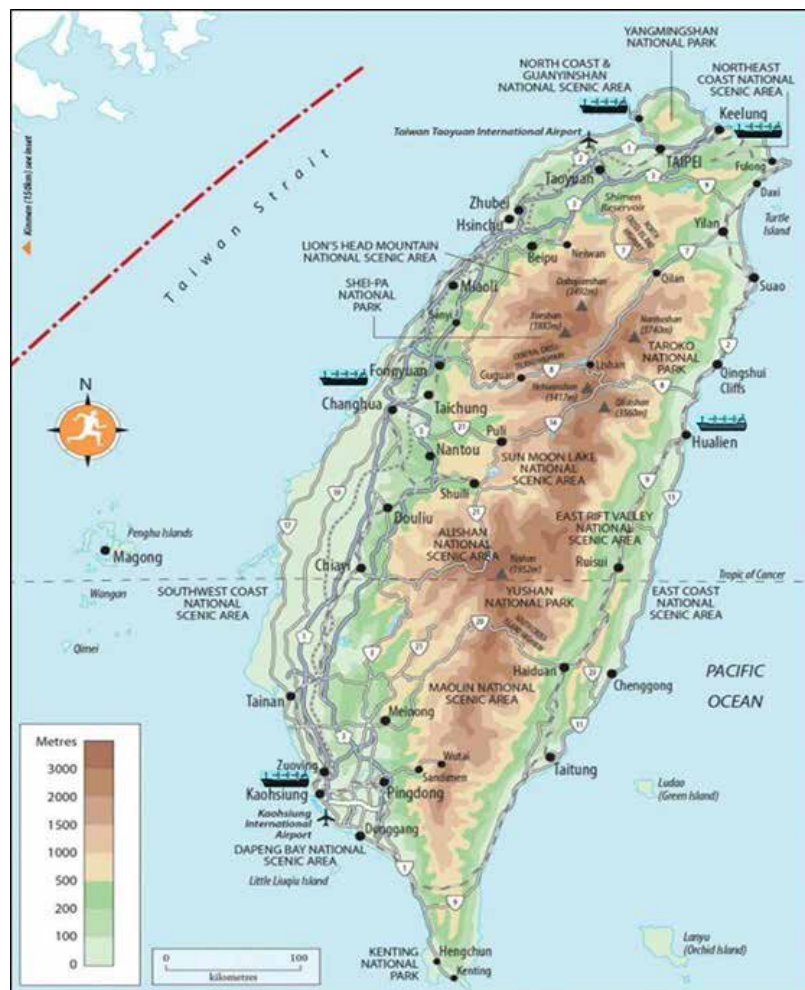
Todavia, como retaliação a atos de agressão por malogro das ações dissuasórias, os taiwaneses adotarão uma atitude defensiva, possivelmente combinada com a interdição de ativos estratégicos de Pequim, particularmente sua infraestrutura portuária, a fim de desorganizar a concentração estratégica das forças invasoras, inviabilizar o desembarque anfíbio, erodir as capacidades ofensivas rivais e elevar os custos da empreitada chinesa, impactando o cálculo racional do uso da violência. Na eventual ocorrência de operações anfíbias bem-sucedidas e da conquista do território taiwanês pelo aparato bélico sínico, seguramente espera-se mudança na condução estratégica da contenda, por parte de Taipé, para o modelo de conflito prolongado, com base nas ações de resistência às forças invasoras. Nesse caso, é lícito supor que movimentos de insurgência autóctones promoverão a guerra irregular nas montanhas e nos grandes centros urbanos de Taiwan, causando acentuado desgaste físico e psicológico nas tropas chinesas de ocupação.

Antagonizando a estratégia chinesa, os norte-americanos e seus aliados, supostamente, optarão pelo método estratégico de ação indireta, visto que tentar-se-á limitar a amplitude do conflito, evitar sua escalada para um confronto nuclear e, ao mesmo tempo, impor custos insuportáveis a Pequim. Desde o início da crise, norte-americanos e seus parceiros buscam reforçar a dissuasão taiwanesa, estabelecendo presença avançada e realizando recorrentes demonstrações de força na região do conflito. Não obstante, havendo falha dissuasória, a coalizão liderada pelos estadunidenses desempenharia operações militares intrínsecas às estratégias do bloqueio (afastado), da interdição e da defensiva, no intuito de assegurar a livre navegação no Pacífico Ocidental, degradar o poder nacional e as forças militares chinesas, assim como garantir a integridade territorial dos países aliados, preservando, tanto quanto possível, o caráter limitado da beligerância. Os autores avaliam que, ao longo de todo o conflito, a comunicação diplomática será fundamental para a clara demarcação de “linhas vermelhas”, com a finalidade de mitigar o risco de um enfrentamento nuclear entre os Estados Unidos e a China.

3. ANÁLISE OPERACIONAL

Em prosseguimento à análise estratégica, convém caracterizar, preliminarmente, o ambiente operacional do conflito. No tocante à demografia e área, Taiwan possui 23,5 milhões de habitantes e uma superfície aproximada de 36.000 km². Estabelecendo foco na orografia taiwanesa, é possível identificar, de norte a sul, uma cadeia de montanhas distribuída na porção centro-oriental do território e qualificada por densa vegetação e picos entre os 3.000 e 4.000 metros de altitude, o que torna a costa oriental bastante escarpada e promove uma concentração demográfica na planície da costa ocidental. Essa configuração fisiográfica restringe sobretudo a realização de operações aeroterrestres de vulto, bem como inviabiliza assaltos anfíbios na costa oriental. De acordo com Easton (2017, p. 145), “O litoral de 770 milhas de Taiwan é notavelmente inadequado para operações anfíbias. Aproximadamente 75 por cento da ilha é coberta por montanhas e o resto é principalmente terreno demasiadamente urbanizado ou inóspito”.

Figura 4 – Mapa de Taiwan

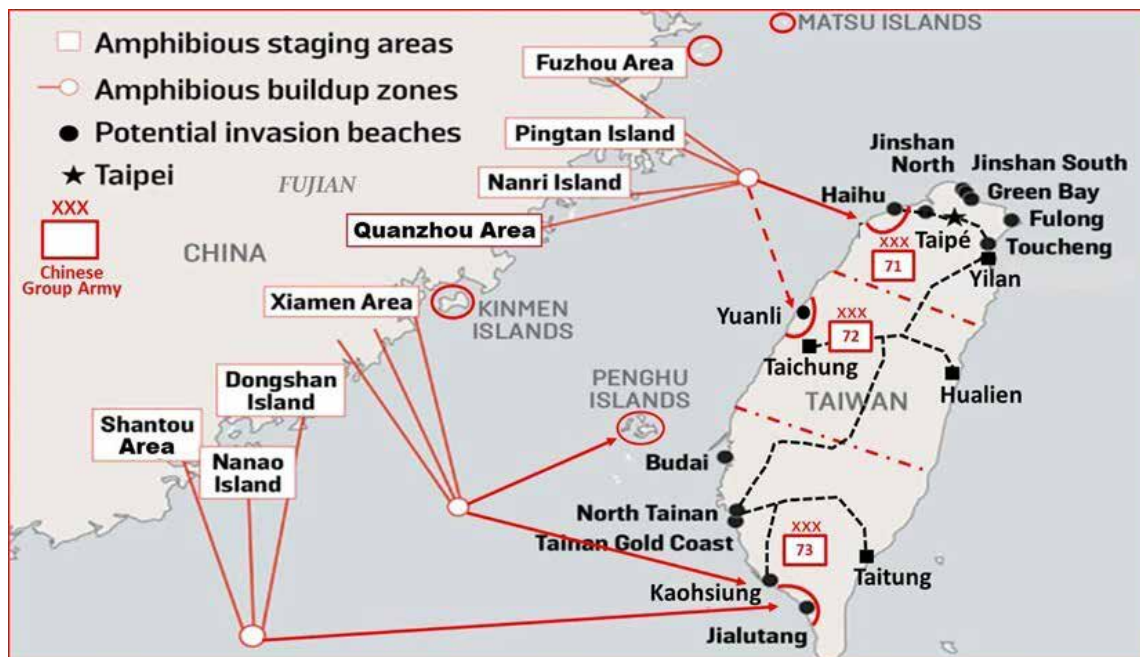


Fonte: Maps Taiwan (2022).

Tendo em consideração um cenário de guerra limitada, será pormenorizada a estratégia operacional chinesa associada à hipótese de conflito armado, decorrente da tentativa de invasão das ilhas de Taiwan, por tratar-se da opção estratégica de maior complexidade. Além disso, presumir-se-á a oposição militar dos Estados Unidos e seus aliados à ofensiva chinesa. Segundo o referido cenário, o Comando do Teatro de Operações Oriental realizaria operações militares, a partir da província de Fujian, em todos os domínios do espaço de batalha¹⁷, para reduzir o poder econômico de Taiwan e neutralizar suas forças armadas, com a finalidade de conquistar e pacificar suas ilhas. Ademais, manteria a integridade territorial chinesa em sua área de responsabilidade e degradaria o poder militar da coalização oponente, neutralizando, se necessário, suas bases de apoio no entorno de Taiwan.

Dada a importância dos desembarques para a vitória chinesa, analisaremos o desenvolvimento da campanha consoante a doutrina chinesa de assalto anfíbio (UNITED STATES, 2021b), tal como o conceito operacional de antiacesso e negação de área (TANGREDI, 2013). De forma a melhor compreender a interação estratégica em questão, a análise considerou a estratégia operacional dos Estados Unidos e seus aliados. Com base no cenário em tela, a campanha militar do Comando do Teatro Oriental do PLA foi didaticamente preconcebida em sete fases operacionais, a saber: concentração de forças, interdição missílica, operações aéreas e navais, operações anfíbias, operações terrestres, pacificação e desmobilização. Por serem produto de conjectura, as fases mencionadas podem, efetivamente, ser unificadas ou subdivididas, conforme o planejamento operacional do estado-maior chinês que venha a se concretizar.

Figura 5 – Exemplo de Esquema de Invasão de Taiwan



Fonte: Adaptado de Greer (2018).

17 De modo geral, consideram-se cinco domínios do espaço de batalha: o terrestre, o marítimo, o aéreo, o espacial e o cibernético. Alguns estrategistas admitem a existência do domínio informacional, que abrange as ações psicológicas, cibernéticas e de guerra eletrônica (GOURÉ, 2019).

Durante a fase inicial de concentração das forças para a invasão, unidades militares de todos os ramos do PLA seriam mobilizadas e deslocadas para locais de concentração nas províncias de Fujian, prioritariamente, Zhejiang e Guangdong, sobretudo nos arredores das cidades portuárias de Fuzhou, Quanzhou, Xiamen e Shantou. Em paralelo, tropas de operações especiais seriam infiltradas nas ilhas taiwanesas, com o propósito de reconhecer infraestruturas críticas, instalações militares, locais de desembarque e o dispositivo defensivo de Taipé. Nessa fase, a identificação e seleção de alvos, sejam instalações ou forças inimigas, por diversificados meios de inteligência, exercem papel fulcral para a condução dos fogos cinéticos e não cinéticos em fases posteriores.

Decerto, um agrupamento de forças dessa magnitude não passaria despercebido do sistema de inteligência de Taiwan, este baseado em agentes infiltrados, radares de vigilância, guerra eletrônica e aeronaves de alerta antecipado, assim como da inteligência proporcionada pelos aliados. Mesmo que uma dissimulação militar fosse tentada, como um falso exercício de adestramento, a surpresa estratégica seria improvável de ser obtida pelos chineses. Por sua vez, a concentração de vultosa força de assalto na costa de Fujian criaria uma oportunidade tentadora para um ataque preemptivo por parte de Taiwan, efetivado por seus mísseis de ataque terrestre, passíveis de lançamento por plataformas aéreas e terrestres, para a destruição de alvos fixos na costa chinesa. Segundo Easton (2017, p. 91), a literatura militar chinesa descreve a situação pré-invasão da seguinte forma:

O inimigo escrutina e monitora nossas áreas costeiras, o que torna os planos para os movimentos das tropas de desembarque anfíbio do exército e sua reunião difíceis de ocultar. O inimigo na ilha tem capacidades de reconhecimento e de guerra eletrônica que estão melhorando constantemente. Seus métodos de reconhecimento de longa distância, alta fidelidade e sobreposição transformam noites escuras em dias claros.

Na fase de interdição missílica, mísseis balísticos e de cruzeiro da Força de Foguetes do PLA seriam lançados, assim como desencadeadas ações não cinéticas pela Força de Apoio Estratégico, retratadas por ataques cibernéticos e medidas de ataque eletrônico. O propósito de tais ataques seria neutralizar bases aéreas e navais, incapacitar centros de comando, bloquear radares de vigilância e desorganizar o sistema defensivo taiwanês, bem como degradar ativos estratégicos, como centros político-administrativos, infraestruturas portuárias e aeroportuárias, usinas de energia, refinarias de petróleo, plantas siderúrgicas, polos científico-tecnológicos e outros alvos de alto valor (CSIS, 2020). Ademais, a Força de Apoio Estratégico desempenharia operações espaciais a fim de neutralizar os satélites adversários. A potencial destruição causada por essa operação de interdição seria avassaladora. Todavia, é preciso considerar que os taiwaneses estão, há décadas, em preparação contínua para resistir a uma possível invasão, “endurecendo” suas instalações militares com abrigos e depósitos subterrâneos, hangares revestidos por concreto, sistema de túneis e bases encravadas em montanhas, *inter alia*. Taipé presume uma boa taxa de sobrevivência de seus recursos militares protegidos em face de um eventual ataque sínico.

Na sequência das operações, aproveitando-se da desorganização ocasionada pelo ataque anterior, a força aérea chinesa buscaria a obtenção da superioridade aérea, requisito necessário para o controle da área marítima no Estreito de Taiwan e para a realização das operações de interdição aeroestratégica contra os alvos sobreviventes da fase progressa. Muito provavelmente seria estabelecida uma zona de exclusão aérea e marítima no entorno de Taiwan, efetivada por um bloqueio naval e patrulhas aéreas de combate. A marinha chinesa poderia, adicionalmente, com seus caças embarcados em porta-aviões e navios de guerra dotados com mísseis de ataque terrestre, bater alvos de interesse do Teatro Oriental. Em complemento, forças de operações especiais, previamente infiltradas nas ilhas taiwanesas, realizariam ações diretas, do tipo comandos, contra os alvos resistentes ao bombardeio aéreo e missílico, de grande relevância para a manobra operacional, incluindo as missões de decapitação de autoridades civis e militares. Em contrapartida, a oposição aérea dos norte-americanos e aliados tornaria a superioridade aérea chinesa, no mínimo, questionável.

Criadas as condições necessárias, lançar-se-iam as operações de assalto anfíbio contra Taiwan. Nessa fase da campanha, analistas internacionais consideram algumas variações sequenciais no assalto às ilhas taiwanesas. A manobra operacional tradicional, de forma sucessiva, compreende desembarques anfíbios em três etapas: inicialmente, nas ilhas de Kinmen e Matsu, em seguida, nas Ilhas Pescadores e, por último, na ilha principal de Taiwan. Segundo Wood e Ferguson (2001, p. 56),

O Exército de Libertação Popular poderia obter uma série de vantagens importantes, caso invadisse Taiwan realizando a operação em três fases: capturando Quemoy (Kinmen) e outras ilhas próximas ao continente, capturando as Ilhas Pescadores, e atacando a costa ocidental de Taiwan. Ao atacar esses objetivos em sucessão, os chineses poderiam concentrar grande superioridade numérica contra cada um deles e tornar o próximo objeto menos defensável.

Todavia, Easton (2017) assinala a possibilidade de um assalto simultâneo às ilhas de Kinmen, Matsu e Pescadores. De outro modo, é plausível considerar a conquista concomitante das Ilhas Pescadores e Taiwan, ou mesmo um assalto síncrono de todas as ilhas taiwanesas, no intuito de proporcionar surpresa tática e rapidez às operações anfíbias. De qualquer maneira, é quase unanimidade a necessidade de expugnar, logo ao início da operação anfíbia, as ilhas de Kinmen e Matsu, pois essa ação neutralizaria as defesas avançadas de Taiwan, provendo segurança ao embarque, à travessia e ao fluxo logístico. Em reforço a essa tese, Easton (2017, p. 115) destaca que: “De acordo com estudos do PLA, operações preliminares e rápidas para neutralizar as ilhas exteriores de Taiwan são imperativas pela geografia local”.

As operações de assalto anfíbio requerem ações de dissimulação militar, com o propósito de iludir o adversário e anular sua capacidade de reação, bem como forte apoio de fogo, aéreo e naval, para neutralizar as resistências na costa inimiga. No caso em tela, há limitação de locais favoráveis ao desembarque na costa taiwanesa, dificultando sobretudo a obtenção da surpresa. De fato, estudos militares taiwaneses identificam apenas 14 praias propícias ao assalto anfíbio (EASTON, 2017). Contudo, ao associá-las a outras condições ambientais, como a proximidade desejável de um porto¹⁸ e a existência de um atrativo operacional,¹⁹ esse número torna-se bastante reduzido. Destarte, a literatura especializada prioriza duas áreas na costa ocidental, consideradas mais favoráveis ao desembarque: a noroeste, próximo a Taoyuan e à capital Taipé; e a sudoeste, junto ao importante porto e centro industrial de Kaohsiung (EASTON, 2017). Todavia, no intuito de diversificar os locais de desembarque e facilitar a dissimulação, cabe considerar uma área de praia na região centro-oeste da ilha, ao norte do porto de Taichung, de amplitude limitada. Não obstante a restrição física, a referida área reúne os imperativos básicos para o assalto anfíbio, sendo uma boa alternativa para os chineses.

Em paralelo, há que considerar os longos períodos sob condições hidrológicas e meteorológicas desfavoráveis às operações anfíbias no Estreito de Taiwan, particularmente entre os meses de novembro e março. No período de maio a setembro, são comuns tufões e tempestades tropicais. De fato, apenas os meses de abril e outubro são favoráveis à travessia do estreito e ao desembarque anfíbio (EASTON, 2017). À vista do que precede, percebe-se como será desafiador para Pequim superar as limitações espaciais e temporais impostas pela geografia, embora tais restrições não sejam impeditivas.

Como requisito basilar, o controle do espaço aéreo sobrejacente à área do objetivo anfíbio deve ser alcançado por meio de forças aeronavais e/ou meios aéreos baseados em terra. A proximidade de Taiwan à costa chinesa proporciona ambas as possibilidades, considerando a existência de bases da força aérea do PLA no Teatro Oriental, além dos dois porta-aviões da marinha de Pequim. De forma complementar, previamente ao início das ações em terra, é preciso controlar a área marítima adjacente à área de desembarque, que inclui, além do espaço aéreo, a superfície do mar e a massa líquida subjacente. Para tal, utilizam-se forças navais de superfície, apoiadas ou não por submarinos. Decerto, as forças armadas de Taiwan, reforçadas pelos meios da coalizão, contestarão o controle chinês do espaço aéreo e da área marítima considerados, por meio de aeronaves de caça, submarinos, navios rápidos de ataque, minagem defensiva, sistemas antiaéreos e baterias costeiras de mísseis antinavio.

18 Os principais portos estão localizados em Keelung e Taipé ao norte, Kaohsiung a sudoeste, Taichung a centro-oeste e Hualien a centro-leste.

19 Aspectos do ambiente operacional, sejam físicos ou humanos, que possam motivar a execução de operações na referida área (BRASIL, 2014a).

As forças anfíbias do PLA, sejam fuzileiros navais ou tropas do exército (UNITED STATES, 2021b), teriam por missão conquistar e manter cabeças de praia,²⁰ de sorte a garantir o desembarque das forças terrestres para o prosseguimento das operações militares no interior da ilha. Em contraposição ao assalto, os taiwaneses fortificaram, há muito, os poucos locais disponíveis para os desembarques anfíbios. Como parte desse esforço, construíram casamatas de concreto e instalações subterrâneas para lançadores de mísseis antinavio, peças de artilharia, depósitos de munição e centros de comando. Adicionalmente, planejaram o rápido lançamento de minas navais e terrestres, ouriços de aço e obstáculos de arame nas praias consideradas. Dada a complexidade do assalto anfíbio, agravada pelo notável esforço defensivo taiwanês, considera-se que esse será o momento de maior criticidade de toda a campanha chinesa.

Após a consolidação das cabeças de praia, as unidades do exército chinês neutralizariam os defensores restantes e buscariam a conquista do território taiwanês. Em um primeiro momento, as forças terrestres do PLA seriam forçadas a combater nos grandes centros urbanos da faixa ocidental da ilha e, posteriormente, teriam de operar em terreno montanhoso, ao longo dos poucos eixos existentes, para controlar a porção centro-oriental de Taiwan. Ao final da conquista territorial, provavelmente as forças do PLA ainda seriam obrigadas a uma luta prolongada contra movimentos de insurgência, organizados para resistir aos invasores. Nesse momento da campanha, as unidades de operações especiais chinesas desempenhariam papel protagonista nas ações de contra-insurgência (ABODO, 2021). Cabe destacar que o terreno montanhoso, coberto por densa vegetação, favorece sobremaneira o homizio de forças guerrilheiras. Além disso, as grandes cidades de Taiwan constituem regiões propícias à ação clandestina das forças subterrâneas da insurgência. Em princípio, a motivação oriunda do sentimento nacionalista e o apoio da população taiwanesa serão os ingredientes elementares para um combate irregular de longa duração e de muitas baixas, que colocará em prova a determinação política de Pequim.

Ao longo de todas as fases da campanha chinesa, o sistema antiacesso e de negação de área seria peça fundamental para garantir a integridade territorial e patrimonial da China continental, impedir a interferência da coalizão durante a invasão, assim como neutralizar o apoio militar aliado a Taiwan. Para conseguir tal intento, o sistema chinês desdobra-se em camadas, cada qual incorporando, *inter alia*, meios navais (submarinos e navios de guerra), aeronaves (caças e bombardeiros) e plataformas terrestres, capazes de lançar mísseis de ataque terrestre, antinavio e antiaéreos, contra alvos fixos e móveis, em trânsito ou situados no Pacífico Ocidental. Outrossim, dispõe de recursos espaciais (satélites para fins diversos), radares de vigilância, drones de reconhecimento e ataque, ativos cibernéticos e vetores de guerra eletrônica.

20 “Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos da Força-Tarefa Anfíbia e da Força de Desembarque e que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material, proporcionando espaço de manobra para operações em terra” (BRASIL, 2014b, p. A-5).

Apreciando a região do conflito, é lícito supor que as bases avançadas estadunidenses localizadas em Guam, Yokosuka, Okinawa e Sasebo, entre outras, constituiriam alvos primários dos sistemas síncios de ataque terrestre. As bases de Sasebo e Okinawa encontram-se dentro da faixa de cobertura dos mísseis balísticos chineses de curto alcance DF-15 (900 km) e DF-16 (1.000 km). Yokosuka, por sua vez, está ao alcance dos mísseis de cruzeiro de ataque terrestre CJ-10 (1.500 km) e dos mísseis balísticos de médio alcance DF-17 (2.000 km)²¹. Já a base de Guam somente pode ser batida pelos mísseis balísticos de alcance intermediário DF-26 (4.000 km) (CSIS, 2020).

O aparato bélico de Pequim, no sentido de aproximação das forças norte-americanas, pode engajar suas forças-tarefas navais além da segunda cadeia de ilhas – primeira camada de A2/AD – notadamente com sistemas militares de maior alcance, a exemplo dos mísseis balísticos de alcance intermediário DF-26 (4.000 km), em sua versão antinavio. Ademais, há que considerar os submarinos nucleares de ataque (*Type* 091 e 093) e os bombardeiros estratégicos H-6K (raio de combate de 3.500 km), ambos armados com mísseis de cruzeiro antinavio. Em uma segunda camada, entre as duas cadeias de ilhas, os chineses podem empregar todos os sistemas precedentes, reforçados por mísseis balísticos antinavio de médio alcance DF-21D (1.500 km) e caças de ataque JH-7 (raio de combate de 1.650 km) dotados de mísseis de cruzeiro antinavio.

Na terceira e última camada, entre a costa chinesa e a primeira cadeia de ilhas, Pequim utiliza sobretudo sistemas de menor alcance, tais como: submarinos convencionais; minas navais; mísseis de cruzeiro antinavio YJ-12 (400 km), YJ-18 (540 km) e YJ-62 (400 km), lançados de baterias costeiras e navios de guerra; sistemas antiaéreos embarcados e terrestres HQ-9 (300 km) e HQ-22 (170 km); bem como caças multifuncionais (J-10, J-11, J-15, J-16 e J-20). É oportuno assinalar que a China dispõe de equipamentos militares de origem russa,²² como sistemas antiaéreos e aeronaves de caça, *inter alia*. Em suma, pode-se deduzir que o sistema A2/AD do PLA pode ser considerado um dos centros de gravidade de Pequim.

Encerrando a análise da campanha chinesa, é preciso considerar o enorme esforço logístico necessário à sustentação das operações militares em solo taiwanês, a ser implementado basicamente por meios navais e aéreos, cruzando o Estreito de Taiwan, sob forte oposição do aparato bélico da coalizão liderada pelos norte-americanos. Talvez essa tenha sido uma das muitas justificativas para a criação da Força Conjunta de Apoio Logístico do PLA. Por outro lado, não se pode desprezar a acentuada relevância das operações de informação para a vitória, sob quaisquer perspectivas. Operações psicológicas, cibernéticas e de guerra eletrônica constituem instrumentos vitais para qualquer empreendimento militar.

21 Mísseis equipados com veículos planadores hipersônicos (HGV).

22 A China, além de seus mísseis autóctones, emprega o sistema antiaéreo S-400, de origem russa, com 400 km de alcance.

Em contraposição aos objetivos de Pequim, a coalizão liderada por Washington realizaria operações militares inerentes às estratégias do bloqueio (afastado), da interdição e da defensiva. Segundo esse raciocínio, a estratégia operacional da coalizão poderia combinar, no tempo e no espaço, de forma sequencial ou cumulativa, operações de interdição marítima, negação do uso do mar, interdição aeroestratégica, bombardeio naval, operações defensivas terrestres, defesa aeroespacial e costeira, além da escolta do tráfego marítimo dos países aliados. Reforçando esse pensamento, Grossman e Meyers (2019, p. 106) sintetizam as opções militares dos EUA: “Em resposta a essa mudança no equilíbrio militar, o debate sobre a estratégia militar dos EUA em relação à China se solidificou em torno de três estratégias: ataques ao continente, bloqueio afastado ou negação marítima”.

Hammes (2012), examinando as características geográficas do entorno estratégico da China, recomendou a aplicação de um bloqueio afastado – operações de interdição marítima – nos gargalos estratégicos das linhas de comunicações marítimas da China, mormente nos estreitos de Málaca, Sunda, Lombok e outras ligações com os oceanos Índico, Atlântico e Ártico. Nesses locais específicos, exteriores à segunda cadeia de ilhas, seria exercido o controle de área marítima. Dessa forma, evita-se a ameaça representada pelo potente sistema A2/AD sínico, especialmente no interior da primeira cadeia de ilhas, mas torna-se possível asfixiar a economia chinesa e, por conseguinte, impactar seu esforço de guerra. Considerando ser pouco provável o controle de áreas marítimas no interior da primeira e segunda cadeias de ilhas, buscar-se-ia a negação do uso do mar nessas regiões, que seria desempenhada por submarinos de ataque contra embarcações militares e mercantes, minagem ofensiva dos portos adversários, assim como ataques aéreos e fogos antinavio oriundos de baterias costeiras, a partir de bases regionais. Decerto, essa estratégia atinge outro importante centro de gravidade de Pequim: seu comércio marítimo.

Por uma outra abordagem, as forças da coalizão poderiam recorrer à interdição aeroestratégica e ao bombardeio naval, empregando mísseis de ataque terrestre lançados por aeronaves e submarinos, para neutralizar alvos militares e ativos estratégicos da China, sobretudo seu sistema A2/AD, sua infraestrutura portuária e sua indústria energética. Essas ações de interdição aumentariam os custos da beligerância e a pressão sobre a liderança sínica, acelerando a solução política do litígio ou, pelo menos, a obtenção de um acordo de cessar-fogo. A destruição de alvos na China continental dependerá das limitações políticas impostas ao poder militar, que podem ser estabelecidas para preservar, na medida do possível, o interdito nuclear e o caráter limitado da contenda. Hammes (2012, p. 4) desaconselha o ataque contra alvos no território continental chinês e declara: “Os Estados Unidos devem aceitar que o arsenal nuclear da China impõe restrições à maneira como as forças americanas podem atacar os ativos chineses”. Sob condições restritivas, os ataques cibernéticos constituem um valioso instrumento alternativo para a interdição dos ativos inimigos dependentes de sistemas digitais.

Em acréscimo ao que precede, faz-se necessário estabelecer medidas defensivas nos territórios dos países aliados, que devem incluir: a defesa aeroespacial; a defesa costeira; a defesa antiaérea; a segurança física e cibernética de infraestruturas críticas; bem como operações contra desembarque anfíbio. Sob essa ótica, a coalizão precisa considerar o desembarque de tropas terrestres na ilha de Taiwan para reforçar suas ações de defesa, desde que haja oportunidade. Ademais, é mister prover segurança ao tráfego marítimo dos países aliados, por meio da escolta de seus comboios mercantes, assegurando o acesso aos portos de suas correspondentes costas orientais.

4. CONCLUSÃO

É cabível inferir que a atual crise político-estratégica no Estreito de Taiwan, envolvendo a China e os Estados Unidos, além de outros atores implicados na controvérsia, tende a ser estabilizada, ao menos no momento presente, como já ocorrido nas crises de 1954, 1958 e 1995/1996. Segundo o cálculo racional de custos, riscos e benefícios, pode-se depreender que, em tese, Pequim buscará atingir seus objetivos políticos, materializados pela reunificação chinesa, por meio do método da ação indireta, com ênfase em ações estratégicas coercitivas político-diplomáticas, psicológicas e econômicas, associadas a ações militares limitadas, sob a forma de ameaças ou mesmo em caráter restritivo e/ou ofensivo. Evidentemente, relevantes acontecimentos no cenário regional ou global, pressões domésticas e outros fatores podem alterar o ambiente estratégico, impulsionando o governo chinês ao uso da violência intensiva para reintegrar Taiwan. Nesse contexto, citam-se uma eventual declaração unilateral de independência por parte de Taipé, o desdobramento de forças militares alienígenas e a instalação de armamento nuclear em território taiwanês.

A postura estratégica chinesa se justifica, basicamente, pela ausência de liberdade de ação junto à comunidade internacional e à opinião pública mundial, aliada à insuficiência de capacidades militares²³ para conquistar as ilhas taiwanesas e, ainda, neutralizar a coalizão oponente. O aparato militar estadunidense, por si só, representa uma oposição considerável ao intento ofensivo chinês. Outrossim, não há premência no corrente cenário geopolítico que exija soluções de curto prazo. Entretanto, se porventura a compelência chinesa malograr, o emprego eventual de ações militares limitadas em força, mediante as estratégias do bloqueio e da interdição, deve ser considerado em função da importância dos objetivos políticos de Pequim e da magnitude dos interesses em jogo, concernentes à soberania, à integridade territorial e à segurança nacional da República Popular da China.

23 Atualmente, Pequim ainda não dispõe dos recursos navais necessários para invadir Taiwan, pois há insuficiência de navios de assalto anfíbio na marinha chinesa. Entre 2025 e 2027, a China possivelmente tenha plenas capacidades materiais para tal intento. Desde 2019, a China tem produzido poderosos navios de assalto anfíbio Type-075, que agregam substanciais capacidades às proporcionadas pelos navios de desembarque Type-071 (IISS, 2022).

Pode-se deduzir que há exígua probabilidade de ocorrência de uma invasão de Taiwan por tropas anfíbias e aerotransportadas chinesas. Essa assertiva decorre de circunstâncias geopolíticas desfavoráveis ao emprego da violência, de fatores estratégicos que contraindicam a ação direta e de complicadores operacionais que obstaculizam o desenvolvimento das operações militares sínicas em território taiwanês. Soma-se aos aspectos mencionados o elevado risco de escalada nuclear no decorrer do conflito armado, de consequências calamitosas para ambas as partes contendoras e para todas as nações do mundo.

Por fim, ressaltam-se os enormes desafios de uma operação anfíbia em larga escala, explicitados nas seções precedentes, tais como: restrição de áreas adequadas ao desembarque, seja por via marítima ou aérea; limitadas janelas temporais sob condições hidrológicas e meteorológicas favoráveis; orografia montanhosa da ilha de Taiwan; concentração populacional na costa ocidental; apoio logístico dificultado pelo obstáculo marítimo; contestação aérea e naval de possível coalizão liderada pelos Estados Unidos; provável combate de resistência empreendido pelos taiwaneses, *inter alia*.

É lícito concluir que a China continuará a coagir os taiwaneses com o propósito de forçá-los a aceitar a reunificação, preferencialmente por meio de uma solução pacífica. Não obstante, o uso da violência, de forma limitada ou em larga escala, não pode ser descartado, como atestam explicitamente documentos oficiais do Estado chinês (CHINA, 2022). A despeito dos notáveis custos e riscos de uma invasão chinesa de Taiwan, como recurso extremo, o fenômeno da guerra é, ao fim e ao cabo, um jogo de probabilidades permanentemente envolto pela incerteza. Ademais, estratégia é uma questão de escolha, nem sempre subordinada à prevalência da racionalidade.

REFERÊNCIAS

ABODO, Sam. What would China's counterinsurgency strategy look like? **The National Interest**, [Washington, DC], Nov. 15, 2021. Disponível em: <https://nationalinterest.org/blog/buzz/what-would-china%E2%80%99s-counterinsurgency-strategy-look-196322>. Acesso em: 24 maio 2022.

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BIDDLE, Stephen. **Military power: explaining victory and defeat in modern battle**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Operações**. 4. ed. Brasília, DF: Exército, 2014a. (EB20-MF-10.103). Disponível em: http://www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/CMB/publicacoes/manual_de_campanha_manual_de_fundamentos.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015. (MD35-G-01). Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Doutrina básica da Marinha**. 2. rev. Brasília, DF: Marinha, 2014b. (EMA-305).

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003. (Texto para discussão, n. 939). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2865/1/TD_939.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARPENTER, Ted Galen. How China could test the U.S. commitment to Taiwan. *In*: CATO INSTITUTE. Washington, DC: CATO Institute, Nov. 2, 2021. Disponível em: www.cato.org/commentary/how-china-could-test-us-commitment-taiwan. Acesso em: 24 maio 2022.

CHINA. Embassy of the People's Republic of China in the Kingdom of Norway. Embassy news. **The Taiwan Question and China's Reunification in the New Era**. Oslo: Embassy of the People's Republic of China in the Kingdom of Norway, Aug. 2022. Disponível em: http://no.china-embassy.gov.cn/eng/zjsg_2/sgxw/202208/t20220810_10739670.htm. Acesso em: 8 nov. 2022.

CSIS. China Power. **How are China's land-based conventional missile forces evolving?** Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, Sep. 2020. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/conventional-missiles/>. Acesso em: 24 maio 2022.

EASTON, Ian. **The Chinese invasion threat**: Taiwan's defense and American strategy in Asia. Manchester: Eastbridge Books, 2017.

ECHEVARRIA II, Antulio J. **Military strategy**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2017.

FERREIRA, Walter da C.; TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. **Estratégia militar aplicada**: metodologia de emprego. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

FRAVEL, M. Taylor. Power shifts and escalation: explaining China's use of force in territorial disputes. **International Security**, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 44-83, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30130518>. Acesso em: 24 maio 2022.

FRAVEL, M. Taylor. **Active defense**: China's military strategy since 1949. Princeton: Princeton University Press, 2019.

FREEDMAN, Lawrence; RAGHAVAN, Srinath. Coercion. *In*: WILLIAMS, Paul D. (ed.). **Security studies**: an introduction. 2. ed. Nova York: Routledge, 2013. p. 206-220.

GOURÉ, Dan. A new joint doctrine for an era of multi-domain operations. **Real Clear Defense**, [s. l.], May 24, 2019. Disponível em: https://www.realcleardefense.com/articles/2019/05/24/a_new_joint_doctrine_for_an_era_of_multi-domain_operations_114450.html. Acesso em: 28 out. 2022.

GRAY, Colin S. Inescapable geography. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 22, n. 2-3, p. 161-177, 1999.

GREER, Tanner. Taiwan can win a war with China. **Foreign Policy**, Washington, DC, Sep. 2018. Disponível em: foreignpolicy.com/2018/09/25/taiwan-can-win-a-war-with-china. Acesso em: 22 jan. 2022.

GROSSMAN, Derek; MEYERS, John Speed. Minding the gaps: US military strategy toward China. **Strategic Studies Quarterly**, Montgomery, v. 13, n. 4, p. 105-121, 2019. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-13_Issue-4/Grossman.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

HAMMES, T. X. **Offshore control**: a proposed strategy for an unlikely conflict. Washington, DC: Institute for National Strategic Studies, June 2012. Disponível em: <https://inss.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-278.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

HEGINBOTHAM, Eric *et al.* **The U.S.-China military scorecard**: forces, geography and the evolving balance of power, 1996-2017. Santa Monica: RAND Corporation, 2015. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR392.html. Acesso em: 29 out. 2022.

HSIEH, John Fuh-Sheng. Continuity and change in the US–China–Taiwan relations. **Journal of Asian and African Studies**, [Thousand Oaks], v. 55, n. 2, p. 187-200, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0021909620905051>. Acesso em: 24 nov. 2022.

IISS. **The military balance 2021**: the annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: Routledge, 2021.

IISS. **The military balance 2022**: the annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: Routledge, 2022.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why AirSea Battle?** Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. Disponível em: <https://csbaonline.org/uploads/documents/2010.02.19-Why-AirSea-Battle.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted warfare**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

MAPS TAIWAN. Taiwan passeios mapa. [S. l.]: Maps Taiwan, 2022. Disponível em: <https://pt.maps-taiwan.com/taiwan-passeios-mapa>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MAZARR, Michael J. **Understanding deterrence**. Santa Monica: RAND Corporation, 2018. Disponível em: www.rand.org/pubs/perspectives/PE295.html. Acesso em: 1 jan. 2022.

MAZARR, Michael J. **Mastering the gray zone**: understanding a changing era of conflict. Carlisle: US Army War College Press, Dec. 2015. Disponível em: <https://press.armywarcollege.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1427&context=monographs>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MEARSHEIMER, John J. Taiwan in the Shadow of a Rising China. **Taiwan Journal of Political Science**, [s. l.], n. 58, 2013. Disponível em: <https://ntupsr.s3.amazonaws.com/psr/wp-content/uploads/2014/02/03.1-John-J.-Mearsheimer1.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

MEARSHEIMER, John J. The rise of China will not be peaceful at all. **The Australian**, [s. l.], Nov. 18, 2005. Disponível em: <https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/06/The-Australian-November-18-2005.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

RÜHLE, Michael. Deterrence: what it can (and cannot) do. **NATO Review**, [Brussels], Apr. 20, 2015. Disponível em: www.nato.int/docu/review/articles/2015/04/20/deterrence-what-it-can-and-cannot-do/index.html. Acesso em: 25 out. 2022.

SHELLING, Thomas C. **Arms and influence**. London: Yale University Press, 1966.

TANGREDI, Sam J. **Anti-access warfare**: countering A2/AD strategies. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Definition of aggression**. New York: UN, 1974. A/RES/29/3314.

UNITED STATES. Department of Defense. **Annual report to congress**: military and security developments involving the People's Republic of China. Washington, DC: Department of Defense, 2010. Disponível em: www.globalsecurity.org/military/library/report/2010/2010-prc-military-power.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. **Joint operations**. Washington, DC: Department of Defense, 2017. JP 3-0. Disponível em: https://irp.fas.org/doddir/dod/jp3_0.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. **Military and security developments involving the People's Republic of China 2021**: annual report to congress. Washington, DC: Department of Defense, 2021a. Disponível em: media.defense.gov/2021/Nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-CMPR-FINAL.PDF. Acesso em: 15 jan. 2022.

UNITED STATES. Department of the Army. **Chinese tactics**. Washington, DC: Department of the Army, 2021b. ATP 7-100.3. Disponível em: https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/ARN33195-ATP_7-100.3-000-WEB-1.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

WOOD, Piers M.; FERGUSON, Charles D. How China might invade Taiwan. **Naval War College Review**, Newport, v. 54, n. 4, p. 55-68, 2001. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2535&context=nwc-review>. Acesso em: 24 nov. 2022.

WYLIE, Joseph C. **Military strategy**: a general theory of power control. Annapolis: Naval Institute Press, 1967.

